



B1

ISSN: 2595-1661

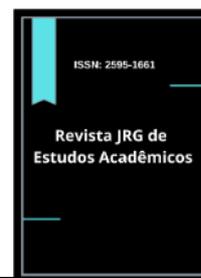
ARTIGO DE REVISÃO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](#)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



Uma breve reflexão acerca dos desafios da EJA: à luz de indícios da formação dos docentes

A brief reflection on the challenges of EJA: in light of evidence of teacher training

DOI: 10.55892/jrg.v7i15.1381

ARK: 57118/JRG.v7i15.1381

Recebido: 20/08/2024 | Aceito: 23/09/2024 | Publicado *on-line*: 23/09/2024

Raidete Maria Soares Fontes Nobre*

<https://orcid.org/0009-0009-6525-7353>

<http://lattes.cnpq.br/5308176762173635>

Facultad Interamericana Ciencias Sociales, PY, Paraguai

E-mail: raidetenobrel@hotmail.com



Resumo

Este artigo aborda uma breve reflexão a respeito de uma questão polêmica no âmbito educacional, concerne nos desafios da Educação de Jovens e Adultos (EJA) sob o prisma das políticas públicas acerca da formação dos docentes atuantes no ensino médio. Com o intuito de reverberar a discussão da temática proposta, o percurso metodológico foi imergir na literatura científica para buscar as contribuições de autores e dos documentos legais que pudessem corroborar no tema. Recorre-se à observação indiciária com o objetivo de investigar se as políticas públicas da EJA ofertam formação continuada para docentes atuantes no ensino médio. Na busca das fontes bibliográficas, a estratégia foi estribada nas seguintes palavras-chave: “Educação de Jovens e Adultos”; “ensino médio”; “formação de docentes”; “políticas públicas”; para isso foi utilizada a plataforma Google Scholar como base de dados. Considerando os achados desvelados na revisão bibliográfica, fundamentando-se na observação indiciária, foi possível perceber que as políticas públicas educacionais ainda são tímidas na oferta de formação continuada para educadores e para manter os jovens e adultos no sistema educacional, além de outras demandas existentes nessa modalidade, como evasão escolar, fechamento de salas, são desafios ainda enfrentados hodiernamente no Brasil. Surge, nesse instante, o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, trazendo a esperança de suprir os desafios enfrentados por essa modalidade, podendo ser a peça-chave para o avanço na educação brasileira.

Palavras-chave: *Educação de Jovens e Adultos*. Formação de docentes. Políticas Públicas. Pacto Nacional para valorização da EJA.

*Professora da Rede Pública de Ensino do Estado da Bahia (BR). Mestre e Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales com sede em Assunção-PY, Campus Santo Amaro-BA (BR). Especialista em Psicopedagogia Aplicada em Recursos Humanos pela Faculdade de Educação da Bahia, Salvador-BA (BR). Licenciada em Letras Vernáculas com Inglês pela Universidade Católica do Salvador-BA (BR).

Abstract

This article addresses a brief reflection on a controversial issue in the educational field, concerning the challenges of Youth and Adult Education (EJA) from the perspective of public policies regarding the training of teachers working in secondary education. In order to reverberate the discussion of the proposed theme, the methodological route was to immerse ourselves in the scientific literature to seek contributions from authors and legal documents that could corroborate the topic. We use indicative observation with the aim of investigating whether EJA's public policies offer continued training for teachers working in secondary education. In the search for bibliographic sources, the strategy was based on the following keywords: "Youth and Adult Education"; "high school"; "teacher training"; "public policies"; For this purpose, the Google Scholar platform was used as a database. Considering the findings revealed in the bibliographical review, based on indicative observation, it was possible to perceive that public educational policies are still timid in offering continued training for educators and in keeping young people and adults in the educational system, in addition to other demands that exist in this modality, such as school dropout and class closures, are challenges still faced today in Brazil. At this moment, the National Pact for Overcoming Illiteracy and Qualification of Youth and Adult Education appears, bringing the hope of meeting the challenges faced by this modality, and could be the key piece for advancement in Brazilian education.

Keywords: Youth and Adult Education. Teacher training. Public Policies. National Pact to enhance EJA

1. Introdução

A formação de docentes para a EJA é um dos aspectos imprescindíveis para a qualidade da Educação Básica oferecida pelos sistemas de ensino no país, pois somente desta maneira o educador será capaz de fazer uso de metodologias e recursos inovadores que resultem bons desempenhos em sala de aula, garantindo a permanência dos educandos na escola. Mostrando-lhes a importância de continuar seus estudos, a fim de que se tornem cidadãos críticos e reflexivos para que possam interagir de forma participativa na sociedade.

A proposta da pesquisa amolda-se em investigar se há indícios nas políticas públicas de oferta na formação continuada para docentes atuantes no ensino médio da modalidade de EJA. Este estudo traz como problema de pesquisa o seguinte questionamento: como as políticas públicas promovem a formação de professores que lecionam na etapa do ensino médio da EJA?

Entre as questões que balizam o estudo, o objetivo geral respalda-se em averiguar se as políticas públicas da EJA ofertam formação continuada para os docentes atuantes em tal modalidade. Nessa perspectiva, os objetivos específicos são: examinar se as políticas públicas brasileiras contemplam a modalidade de EJA; identificar a arquitetura das formações ofertadas pelas políticas públicas da Bahia aos docentes da EJA na etapa do ensino médio; apurar se os desafios da EJA têm ou não relação com a formação dos docentes atuantes nessa modalidade. Referente ao pressuposto teórico, o método indireto é o que mais se adequa à apresentação do tema problema da pesquisa por intermédio da revisão bibliográfica.

Considerando a temática que guia esse estudo, justifica-se a elaboração de um breve estudo que visa examinar até que ponto as políticas públicas da EJA ofertam a formação continuada aos docentes atuantes na etapa do ensino médio. Afinal, é papel do Estado contribuir para que a EJA saia da invisibilidade para alcançar a sua

identidade. Entre os grandes desafios presentes na EJA, tendo em vista a temática de expressiva relevância no cenário hodierno brasileiro, destacam-se a necessidade da sua construção identitária, além da diminuição da desigualdade social, da oferta de políticas públicas que contemplem a formação continuada dos docentes e dos gestores.

2. EJA e as políticas públicas brasileiras

Para atender às novas demandas do contexto educacional do país, faz-se mister o Estado ofertar políticas públicas da EJA para promover formação continuada para professores, programas que contribuam, qualitativa e quantitativamente, para os educadores atuantes da EJA, com o intuito de reduzir o analfabetismo e aumentar a escolaridade de jovens, adultos e idosos.

O Plano Nacional de Educação (PNE), na sua segunda versão de 2014 a 2024, regido pela Lei 13.005/2014, é considerado um instrumento basilar das políticas públicas educacionais brasileiras, constituído de estratégias, de dez diretrizes e vinte metas, das quais poucas timidamente foram cumpridas. Em decorrência dessa situação e da sua validade ter expirado em junho de 2024, é aprovado, no início de julho de 2024, depois de um esforço hercúleo, pelas Mesas do Senado e da Câmara, o Projeto de LEI (PL) nº 5665/2023, iniciativa da Senadora e Professora Dorinha Seabra, do Tocantins, o qual prorroga o PNE até 31 de dezembro de 2025. O PL, desenhado para atender à melhoria da educação do país, seguiu para sanção presidencial.

A assessora de Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Tânia Dornellas, entende que o PNE, como política de Estado,

deve ser a espinha dorsal, o epicentro dos programas, das políticas públicas, das ações educacionais, que devem ser construídas e implementadas em cooperação, fortalecendo o pacto federativo (PIMENTA, 2023, p. inicial).

O percurso do PNE, segunda versão, foi marcado por uma década com vários desafios, como o impeachment da Presidente da República, Dilma Rousseff, em 2016, seguido de três mandatos presidenciais, doze Ministros da Educação e, ainda, a pandemia. Ou seja, são fatos que impactaram direta ou indiretamente a execução com louvor do PNE. O não cumprimento das metas 10 e 11 do Plano, específicas à EJA, deixa tal modalidade ainda mais imperceptível aos “olhos” dessa política pública no decênio.

Hodiernamente, no meio de tantas incertezas e desafios no cenário brasileiro em relação à EJA, surge a possibilidade de vislumbrar alguma esperança, pois o Ministério da Educação (MEC) acaba de lançar, por meio do Decreto nº 12.048, 5 de junho de 2024, o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação de Educação de Jovens e Adultos com a finalidade precípua de fomentar a valorização dessa modalidade. Ressaltamos que esse Pacto Nacional é lançado no mês em que se encerra a vigência da segunda versão do PNE e, simultaneamente, ocorre a sua prorrogação para o último dia do mês de dezembro de 2025.

O Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos é um convite “a todos para a qualificação e a transformação da alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos no país”. O Pacto Nacional tem o objetivo de

fortalecer a política de Educação de Jovens e Adultos – EJA, tanto na perspectiva de lidar com os altos índices de analfabetismo com os quais o país convive, quanto na elevação da escolaridade das pessoas com 15 (quinze) anos ou mais (BRASIL, 2024, p. 1).

O Pacto Nacional de valorização da EJA conta com um pacote de ações, entre as diretrizes propostas, ressaltamos duas: fomentar a ampliação da oferta dessa modalidade de ensino vinculada à educação profissional; disponibilizar recurso financeiro às escolas com vaga para EJA, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE-EJA), com a intenção de buscar superar as desigualdades na educação pública, priorizando o atendimento às camadas em situação de vulnerabilidade.

3. Arquitetura de formação: docentes da EJA na Bahia

Nas redes públicas de ensino do Estado da Bahia, há um número expressivo de professores graduados atuantes na EJA da etapa do ensino médio. Decerto, destinam-se ainda tímidas estratégias de formação continuada nas perspectivas de aperfeiçoamento e também de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, referentes à modalidade em questão.

Em 2021, a Secretaria de Educação da Bahia (SEC) ofertou aos professores da rede pública do ensino médio uma formação continuada, chamada “Ampliando Universos pela Educação de Jovens e Adultos” (AUÊJA), a qual contou com uma plataforma digital, oferecendo aulas assíncronas e síncronas, por meio de módulos, além de acesso aos links dos webinars (BAHIA, 2021, p. inicial).

A Secretaria de Educação da Bahia, junto com a Coordenação de Jovens e Adultos, ofertou entregas importantes, como Ementário EJA e a formação continuada AUÊJA, segundo o Organizador Curricular EJA (BAHIA, 2022, p. 13).

O Instituto Federal Baiano (IFBA), Campus Santa Inês no município de Ubaíra-BA, oferece, gratuitamente e na modalidade presencial, o Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Educação de Jovens e Adultos Articulada à Educação Profissional (BRASIL, 2023).

Desde 2010, a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Campus Salvador, oferta, presencial e gratuitamente, o Programa de Pós-graduação Stricto Sensu, Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA).

O IFBA e a UNEB ofertam os cursos de Pós-graduação, preferencialmente, aos educadores das redes públicas de ensino que atuam ou têm pretensão de atuar na EJA, concorrem as vagas disponibilizadas por meio de processo seletivo. Os cursos mencionados têm como objetivo a qualificação profissional para atuar no ensino, na pesquisa e na gestão, referente à área da EJA, atendendo às peculiaridades dessa modalidade.

Nove municípios baianos, que compõem o Núcleo Territorial de Educação do Piemonte da Diamantina II (NTE 16), apoiados pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC), foram contemplados, em maio de 2024, com o I Seminário Territorial da EJA em uma escola pública de Jacobina-BA, os atores da rede estadual de ensino, coordenadores, docentes e gestores, “receberam ferramentas teóricas e práticas para aprimorar o currículo; desenvolver metodologias de ensino eficazes; e selecionar materiais didáticos adequados à modalidade mencionada” (BAHIA, 2024).

Evento Educacional amparado por Políticas Públicas voltadas para a EJA é sempre bem-vindo para promover discussões, propor alternativas para a melhoria contínua do trabalho pedagógico e, assim, possibilitar a redução do hiato existente entre o chão da escola e as necessidades do alunado dessa modalidade.

Na Bahia, a arquitetura de formação continuada para docentes atuantes na EJA ainda é tímida, mas existe uma grande expectativa desse cenário amadurecer com a adesão do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, recentemente lançado. Se os princípios, os objetivos e as estratégias do Pacto forem cumpridos à risca, há uma enorme chance de superar essa lacuna.

4. Desafios da EJA: uma reflexão em questão

Em meio as reflexões acerca da EJA, deparamos com tantas incertezas, dúvidas, desafios a ponto de ser preciso sair, urgentemente, do “ostracismo”, como disse Fazenda (2015, p. 14), ou seja, do estado de timidez, para avançar em práticas que atendam à “aprendizagem integral, significativa, funcional e personalizada”, com o intuito do alunado da EJA abandonar “os modelos transmissivos e estratégias de simples memorização” (ZABALA, 2022, p. inicial) para alçar voos que o tornem um cidadão crítico, autônomo e participativo na vida em sociedade.

O contexto educacional do país, hodiernamente, sofre desafios expressivos, desde questões estruturais, perpassando por adaptações às transformações socioculturais até o cumprimento dos objetivos expostos no Plano Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação de Educação de Jovens e Adultos, uma Política Educacional com iniciativa do Ministério de Educação (MEC).

Portanto, há uma expectativa para essa Política Pública, Plano Nacional, de âmbito federal seja a grande oportunidade para o país reduzir o alto índice de analfabetismo, visto que, em 2022, cerca de 11,4 milhões de pessoas não eram alfabetizadas com quinze anos ou mais, o que equivale 7% (Censo Demográfico, IBGE, 2022).

Segundo o MEC (BRASIL, 2024), Estados e Municípios que aderirem ao Plano Nacional pela valorização da EJA terão direito à oferta de mais vagas dessa modalidade nas suas unidades escolares, além de apoio para estimular esse público a retornar a estudar, como também permanecer em sala de aula com incentivos voltados a ações de assistência estudantil.

Lembrando que, em 2023, as pessoas com dezoito anos ou mais que não concluíram a educação básica chegaram a 68 milhões, consoante a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua, 2023). São números alarmantes que servem de reflexão para entender o cenário educacional brasileiro hodierno e/ou podem também ser analisados comparando-os com a realidade de anos anteriores.

Conforme alguns dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), os motivos principais da evasão escolar entre jovens do sexo feminino de quatorze a vinte e nove anos, correspondendo a 41,7%, ocorrem pela necessidade de trabalhar e gravidez. Já os homens, no mesmo grupo etário, apresentam como motivos a necessidade também de trabalhar, com 53,4%; e a ausência de interesse em estudar, refere-se a 25,5%.

Diante do cenário exposto pelo IBGE (2023), um dos grandes desafios do Brasil, em relação à taxa de frequência escolar, está na redução das desigualdades sociais, a partir dos quinze anos, idade de entrada no ensino médio, e, para reverter essa realidade, faz-se necessário combater o atraso escolar e buscar estratégias para incentivar os educandos à permanência escolar.

Das doze estratégias para expansão e qualificação da alfabetização e da EJA, conforme o Pacto Nacional de valorização dessa modalidade, uma delas refere-se à formação para gestores e professores. Portanto, pode-se afirmar que há relação, sim,

entre os desafios enfrentados pela EJA e a necessidade de formação para educadores.

5. Considerações Finais

Nossa intenção, na revisão bibliográfica, foi repensar a educação na perspectiva de fomentar a necessidade de políticas públicas específicas para a EJA, como pilares na oferta de formação continuada para os docentes que lecionam tal modalidade.

O objetivo desse artigo foi responder ao principal questionamento: como as políticas públicas promovem a formação continuada de professores atuantes na etapa do ensino médio da EJA? Nesse sentido, a pesquisa foi conduzida para uma breve 'visita' às literaturas sobre as políticas públicas e outros documentos legais de âmbito nacional e estadual (Bahia), e também utilizamos a plataforma Google Scholar, como base de dados, que nos permitiu consultar revistas científicas e livros.

Na revisão bibliográfica, a partir dos achados desvelados, foi possível observar que a falta de acesso à educação de qualidade fortalece o ciclo de desigualdade social, por isso a necessidade de implementar políticas públicas que abarquem todo o ecossistema educacional, desde a oferta de cursos de capacitação para educadores, passando pela superação da evasão escolar e, ainda, a readequação do currículo da EJA.

O dinamismo social, proveniente da globalização, a lentidão para se cumprir as diretrizes e metas da segunda versão do PNE, por exemplo, são desafios enfrentados na educação brasileira. Nesse emaranhado de dificuldades, corrobora-se a demanda de formação continuada para educadores atuantes da EJA, sem dúvida é uma solução plausível.

O Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação de Jovens e Adultos chega com o capital de aproximadamente R\$ 4 bilhões ao longo de quatro anos, para investimentos em diferentes ações para a superação do analfabetismo, como também a qualificação da EJA. Trata-se de uma temática que possibilita uma pesquisa de cunho bibliográfico ou de campo, é uma sugestão com grande valor no contexto educacional.

Decerto, o panorama explorado por uma pesquisa com esse tema não se tem pretensão de exaurir o debate acerca das políticas públicas necessárias para a EJA, pode-se ir muito além, como apontar possibilidades e tendências atuais que fomentem essa modalidade de ensino; desvelar profundamente os resultados do último Censo Escolar; repensar os currículos dos cursos do ensino médio e suas modalidades, bem como os de licenciatura, no intuito de promover uma educação de qualidade para o país. São sugestões de temáticas relevantes no cenário educacional brasileiro, que podem ser exploradas em novas pesquisas.

Referências

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Educação. **Curso de Formação para Professores da Educação de Jovens e Adultos (AUÊJA)**, em parceria com a FGV. Salvador, BA, 06 ago. 2021. Disponível em: <http://www.educacao.ba.gov.br/midias/documentos/programacao-webinario-aeuja> Acesso em: 02 jul. 2024

_____. Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Educação. **I Seminário Territorial da EJA: debate, desafios e práticas inovadoras da Educação de Jovens e Adultos**. Salvador, BA, 08 maio 2021. Disponível em: <https://escolas.educacao.ba.gov.br/noticias/seminario-debate-desafios-e-praticas-inovadoras-da-educacao-de-jovens-e-adultos> Acesso em: 02 jul. 2024.

BASÍLIO, Ana Luíza. **Censo Escolar evidencia fragilidade das políticas de educação para jovens e adultos**. Revista Digital Carta Capital, seção Educação, S.P., 22 fev. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/censo-escolar-evidencia-fragilidade-das-politicas-de-educacao-para-jovens-e-adultos/> Acesso em: 26 jun. 2024.

BELLO, Luiz e BRITTO, Vinícius. **Agência IBGE Notícias**. Editoria: Estatísticas Sociais, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531> Acesso em: 07 jul. 2024.

BRASIL. Ministério de Educação. Governo Federal. Brasil, União e Reconstrução. **Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação de Educação de Jovens e Adultos** (6 jun. 2024) Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/institucionais/cartilha-pacto-eja.pdf> Acesso em: jun. 2024

_____. Ministério de Educação e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). **Videoconferência sobre o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos**. Plataforma Conviva Educação e Canal MEC YouTube, 21 jun. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hOWCLH13jG0> Acesso em: 7 jul. 2024.

CARDOSO, Renata. **Antoni Zabala: autor reflete sobre educação no Brasil e mudanças no setor**. Revista Digital Desafios da Educação, seção Ensino Superior; Mercado, S.P., 10 out. 2022. Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.com.br/educacao-antoni-zabala/> Acesso em: 26 jun. 2024.

GOMES, Manoel Messias. **A Educação de Jovens e Adultos no Brasil e o contexto social dos alunos dessa modalidade**. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 23, nº 17, 9 de maio de 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/17/a-educacao-de-jovens-e-adultos-no-brasil-e-o-contexto-social-dos-alunos-dessa-modalidade> Acesso em: 19 jun.2024.

INTERDISCIPLINARIDADE: Didática e Prática de Ensino. **Revista Interdisciplinaridade** (Ivani Fazenda, p. 9-17), v. 1, n. 6- especial (abril. 2015) –

São Paulo: PUCSP, 2015. Disponível em: <https://www5.pucsp.br/gepi/downloads/revistas/revista-6-gepi-abril15.pdf> Acesso em: 26 jun. 2024.

PIMENTA, Paula. **Plano Nacional de Educação na reta final sem cumprir maioria das metas**. Agência Senado, ed. Ricardo Koiti Koshimizu, 17 fev. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/02/plano-nacional-de-educacao-entra-na-reta-final-sem-cumprir-maioria-das-metas> Acesso em: 9 jul. 2024.

VASQUES, Cristiane Cordeiro; ANJOS, Maylta Brandão dos; SOUZA, Vera Lúcia Gomes de. Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 16, 13 ago. 2019. Disponível em: <https://educacao-publica.cecierj.edu.br/artigos/19/16/politicas-publicas-para-a-educacao-de-jovens-e-adultos-eja-a-escola-como-local-de-excelencia-para-a-realizacao-dos-processos-de-ensino-e-aprendizagem> Acesso em: 8 jul. 2024.